

O pensamento pedagógico de Arthur Ramos (Rio de Janeiro 1930-1945)

Autores

Ronaldo Aurelio Gimenes Garcia

Orientador

Amarilio Ferreira Junior

1. Introdução

A história apresenta hoje uma amplitude muito grande de temas de estudo, no entanto essa historiografia perdeu a sua função teleológica, o que empobreceu a seu sentido político e social no interior das ciências da educação. É necessário retornar a sua função, sócio-política, sem, contudo abrir mão da diversidade temática conquistada.

É com essa perspectiva que procuraremos reconstituir criticamente a trajetória intelectual de Arthur Ramos, especialmente junto ao Serviço de Saúde Mental do Rio de Janeiro, que fora instalado como parte da reforma educacional de Anísio Teixeira. Na realidade foi uma experiência abortada pela ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. O mesmo abandonou o referido projeto em função de um ensino disciplinador e autoritário.

O termo criança problema foi desenvolvido por Ramos para afastar a idéia, muito comum na época, de “anormal”. Segundo o autor a criança problema é o fruto das precárias condições sociais e culturais que o meio exerce sobre a personalidade dos menores. A função do

serviço de higiene mental seria prevenir distúrbios e recuperar as crianças afetadas.

2. Objetivos

Analisar, a partir de referências próprias do conhecimento histórico, a obra de Arthur Ramos, principalmente suas propostas pedagógicas articuladas ao conjunto do seu pensamento.

Estabelecer análises comparativas entre o conceito de anormal e as contribuições e concepções de Ramos sobre a chamada “criança problema”.

Identificar no interior da produção intelectual do médico alagoano o papel ocupado

pela reflexão pedagógica, bem como a fonte dos referenciais teóricos por ele utilizado.

3. Desenvolvimento

Escola Nova e o contexto histórico brasileiro

Até a década de 1920 a elite cafeeira de São Paulo e Minas Gerais exercia o poder político, dele se utilizando para manter os privilégios da classe e a condição agrária do país. A introdução do imigrante europeu, que substituiu o trabalho escravo nas fazendas de café, era incentivada pela intelectualidade como forma de promover a chamada política do branqueamento da população. No entanto o fazendeiro de café ainda continuava a tratar o trabalhador, agora livre, como se ainda fosse escravo. Daí as freqüentes revoltas de colonos pelo interior do país.

A classe operária que então se formava, era constituída em sua esmagadora maioria de trabalhadores da Europa, principalmente italianos. Segundo alguns autores como Ítalo Tronca (1990) e Edgar De Decca (2000), no final dos anos 20 era uma classe em quantidade expressiva e com marcante papel político, haja vista que em 1917 havia organizado uma greve geral.

Na área das políticas sociais, a atuação do governo oligárquico era praticamente nula. As políticas de valorização dos preços do café transferiam o prejuízo dos coronéis para os cofres públicos. O chamado Convênio de Taubaté celebrou um acordo entre os produtores de café e os Estados, segundo o qual toda vez que sobrasse o produto, os governos compravam as sobras e mantinham estável o preço. Tudo isso a custa da ausência do Estado nos setores sociais. Não é por acaso que nesse período, revoltas sociais eclodiram em diversas partes do país, como Canudos (Norte da Bahia), Contestado (Paraná e Santa Catarina), Padre Cícero (no Ceará), Revolta da Vacina (no Rio de Janeiro) e outras.

4. Resultados

A educação, como parte das políticas sociais estava abandonada. O acesso a ela ainda era algo muito raro, para a maioria das populações pobres do campo e da cidade. A famosa igualdade de todos perante a lei, instituída pela Constituição Republicana de 1891, ainda não passava de ficção. Segundo Carvalho (1989), somente na década de 1920 algumas propostas como, a de Caetano Campos em São Paulo, colocava a questão educacional em outros termos. Pensava-se agora em estimular a educação tanto como fator de progresso, como de controle da massa, visto que a escola poderia tornar-se um instrumento perigoso nas mãos dos mais pobres:

Esta legião de excluídos da ordem republicana aparece então como freio ao Progresso, a impor sua presença incômoda no cotidiano das cidades. A escola foi, em conseqüência, reafirmada como arma de que dependia a superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso [...] Passa, no entanto, a ser considerada 'arma perigosa', exigindo a redefinição de seu estatuto como instrumento de dominação (CARVALHO, 1989, p. 7).

Um país essencialmente agrícola, de uma elite muito preocupada com a sua manutenção, enquanto classe, só veio a perceber o valor da educação, como instrumento de dominação, muito tardiamente. Tendo em

vista que em 1930, parte da oligarquia dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, rompem com São Paulo e instalam uma nova fração de classe no poder, ou seja, o período getulista.

A partir desse período a revolução burguesa no Brasil (Fernandes, 2006) deixa evidente o seu projeto de modernização autoritária. Visava-se promover a industrialização do país através da forte intervenção do Estado, planejando e executando políticas industrializantes. Getúlio Vargas marcou de maneira definitiva o processo de industrialização do país. Com algumas variações, podemos dizer que a maneira de administrar, chamada de desenvolvimentismo, manter-se-ia até o final da ditadura militar. Somente nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso é que esse modelo de Estado começa a ser desmontado com a venda das empresas estatais, com o ideal de se atingir um tipo de Estado mais próximo ao modelo neoliberal.

5. Considerações Finais

No entanto para os objetivos desse trabalho, o que mais nos interessa é o período que vai de 1930 a 1945. A ascensão de Vargas em 1930 trouxe um novo ânimo aos meios intelectuais, pois o fim do governo dos coronéis representava a possibilidade de empreender novos projetos para o país em todas as áreas, principalmente da educação. Foi nestas circunstâncias que o movimento denominado Escola Nova, liderado por Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Fernando Azevedo e outros, lançam em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

... é um marco desse movimento: ao mesmo tempo em que questionava os métodos tradicionais de ensino, buscava afirmar, em uma sociedade ainda pouco escolarizada, princípios como a obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a co-educação (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 23).

O governo de Vargas sempre foi marcado por períodos alternados de maior liberdade e democracia, até a rígida centralização do poder, principalmente a partir de 1937 com o Estado Novo. É interessante observar que mesmo nos períodos de maior abertura, Vargas nunca escondeu sua tendência autoritária. Talvez por esse motivo seja possível explicar a introdução das idéias do escolanovismo no sistema de ensino do Distrito Federal, conduzido diretamente por Anísio Teixeira. Como já demonstramos em outra parte deste texto, a experiência de Teixeira não iria muito longe. A crescente concentração do poder nas mãos de

Vargas, como também em diversos exemplos de ditaduras que se espalhavam pelo mundo naquele período, levou a um modelo diferente de educação, mais atrelada ao poder do Estado e como meio de manipulação das massas. Como afirmou Fernandes (2006), o modelo de revolução de cima para baixo, promovido pela burguesia nacional não deixou dúvidas quanto ao seu desinteresse na instalação de uma democracia do tipo daquela vislumbrada pelos membros da Escola Nova.

Arthur Ramos descreveu com lucidez na introdução de “A Criança Problema”, quais seriam os objetivos desta educação autoritária:

Com o advento do Estado Novo, uma falsa educação nacionalista, de imposições e restrições, passou a substituir o conceito de liberdade vigiada, condição essencial para o estabelecimento das verdadeiras regras de higiene mental. A Educação humana e compreensiva nos moldes tantas vezes pregadas neste Livro, foi substituída pela pedagogia clássica da disciplina rígida de interdições e coações. O serviço ainda tentou sobreviver a esse período de sombras. Mas uma santa inquisição de bravos censores – embora não formulasse abertamente nenhuma alegação contra o Serviço – não lhe permitiu o funcionamento perfeito numa atmosfera de liberdade que é aquela onde se possa fazer realmente ciência (RAMOS, 1950, p. 8).

Ramos reconheceu que em um clima de ditadura, a plena educação, como projeto mais humanizante, tornava-se inviável, haja vista que as imposições do regime impediam a formação do indivíduo e de se fazer ciência.

Posteriormente, em seu livro “Educação é um Direito”, Anísio Teixeira parece perceber que a revolução de 30, ainda não havia representado um avanço significativo na constituição de uma nação livre:

A revolução de 30 marca um período crítico dessa integração, que se vai consumir, quinze anos mais tarde, com o estabelecimento de uma constituição democrática e a conquista, ao que se parece definitiva, do sufrágio universal. Até então, a máquina política, embora formalmente democrática pudera ser manipulada pela chamada elite, que se assegurava, deste modo, uma representação política homogênea, isto é, limitada ao grupo dominante (TEIXEIRA, 1967, p 42).

Tudo indica que as propostas de Anísio Teixeira, Arthur Ramos e outros intelectuais do período estavam além das possibilidades históricas das décadas de 1930 e 1940. O Estado Novo e a própria ditadura militar posterior ao ano de 1964, colaboraram definitivamente para o esquecimento dessas idéias e desse grupo de intelectuais. O resgate do pensamento e da prática de Ramos é uma forma de retomar a memória intelectual daquele período histórico, hoje ainda pouco estudada e insuficientemente analisada, especialmente do campo do conhecimento da história da educação. Essa é uma das principais propostas dessa pesquisa.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. e FERRANTE, V. (orgs). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BARROS, L.O.C. *Arthur Ramos e as dinâmicas sociais do seu tempo*. Maceió: Edufal, 2000.

CARVALHO, M.M.C. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DE DECCA, E. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LOPES, E.M. I; GALVÃO, A.M.O. *História da educação*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RAMOS, A. *A criança problema*. 4. ed. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1950.

TEIXEIRA, A. *Educação é um direito*. São Paulo: Nacional, 1967.

TRONCA, I. A revolução de 1930. In: BERCITO, S.D.R. *Nos tempos de Getúlio Vargas*. São Paulo: Atual, 1990.